

Mercado livre busca caminhos para crescer

ACL deve ser cada vez mais mercado, com iniciativas que não dependem apenas da caneta governamental, e cada vez mais livre, com opções para consumidores decidirem sobre suprimento

Alexandre Canazio e Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Reportagem Especial
26/11/2010

A definição de mercado livre é aquela segundo a qual os consumidores têm liberdade de escolher o fornecedor de energia. Mas o nome do segmento que representa mais de um quarto da carga de energia do país não representa fielmente o espírito do setor, já que algumas decisões para garantir a sustentabilidade, a expansão e a consolidação do ambiente dependem basicamente do governo.

Essa é a visão dos agentes do setor, que participaram na semana passada do 2º Encontro Anual do Mercado Livre, realizado em Salvador, e que debateu, entre outros pontos, a Carta de Florianópolis – resultado da primeira edição do evento, na capital catarinense. O evento foi promovido pelo **Grupo CanalEnergia**, com copromoção da Abiape (autoprodução), Abragel (geração limpa), Abrace (grandes consumidores), Abraceel (comercializadores), Anace (consumidores) e Apine (produtores independentes).

O entendimento é que o ACL deve ser cada vez mais mercado, com iniciativas que não dependem apenas da caneta governamental – enquanto debatem as saídas que passam pelas mãos das autoridades energéticas – e cada vez mais livre, com opções para que os consumidores possam decidir sobre o fornecimento de energia.

No painel de abertura do evento, uma conclusão ficou latente: as principais associações do setor reconheceram que os pontos listados na Carta resultaram em poucos avanços. Mas a disposição de se fazer a lição de casa em busca de resultados mais concretos é grande, na avaliação das entidades do segmento, que representa pouco mais de um quarto do consumo total de energia.



A Carta de Florianópolis foi ratificada pelos agentes, como forma de balizar as ações para os agentes do mercado. Um dos pontos considerados como avanço pelos agentes foi a divulgação das atas do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que dá mais transparência ao setor.

Mas para João Carlos Oliveira Mello, presidente da Andrade & Canellas, é preciso um novo foco nas discussões que envolvem a expansão do mercado livre. Ele conta que em reuniões com representantes de órgãos do governo, já ouviu coisas como "Se vocês [do mercado livre] não conseguem resolver o ACL como está, então por quê ampliar?". O consultor ressaltou em sua palestra que a Empresa de Pesquisa Energética enxerga pouco esse mercado durante o planejamento da expansão da geração.

Novo foco nas discussões



sobre ACL

João Mello, da Andrade & Canellas

“É preciso dar uma resposta adequada a essa visão”, avalia o consultor. Ele destaca que os consumidores livres possuem características próprias de contratação em cada segmento, o que reforça ainda mais a busca, pelo próprio ambiente livre, de mecanismos típicos de mercado. Idéias, por sinal, não faltam.

Mello contou que uma proposta feita em conjunto com a Apine pode ajudar na viabilidade de projetos de energia com carga assegurada para os consumidores livres. A idéia é que sejam realizados leilões compartilhados de usinas entre os dois mercados de energia.

Considerando que as hidrelétricas seriam licitadas numa divisão 70% ACR – 30% ACL, inicialmente o governo abriria espaço para leilão do ACL, onde os agentes participariam do leilão dentro das condições estabelecidas pelo empreendedor – tendo sido já conhecido o preço teto para o mercado cativo. Após o resultado deste leilão, com a demanda no ACL já enquadrada, pode-se realizar o voltado para os cativos. Na visão de Mello, “não fica a critério do empreendedor encontrar onde colocar a energia, e a que preço, condições e volumes”, já que o leilão traria mais demanda para o investidor.

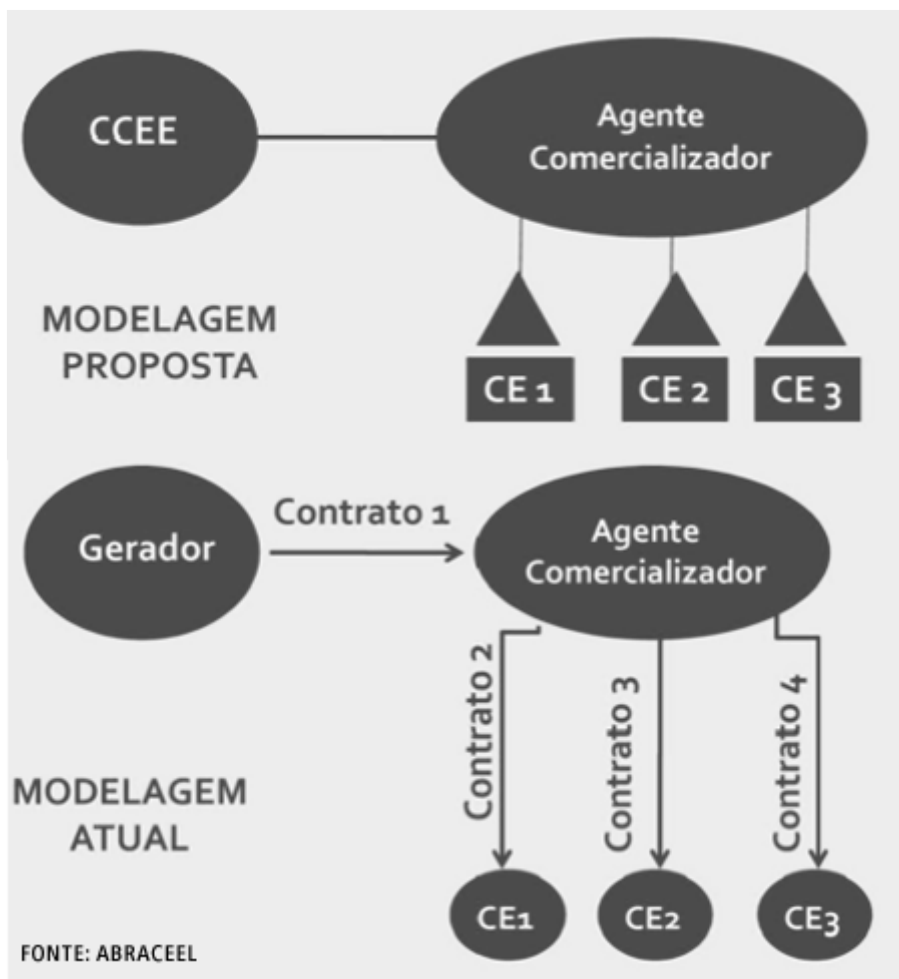
Outra proposta apresentada no 2º Encontro Anual do Mercado Livre foi o que permitiria uma nova representação de consumidores na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Walter Fróes, conselheiro da Abraceel, apresentou plano segundo o qual os consumidores de energia, em particular os especiais – segmento que mais cresce no mercado livre – seriam agregados embaixo de uma comercializadora, em vez de fazer registro na CCEE.



Nova representação de consumidores

Walter Fróes, da CMU Comercializadora

A proposta, destacou, seria voluntária. Ao deixar que os comercializadores façam o registro dos contratos, os comercializadores fariam uma única contabilização e aportariam garantias na proporção do mercado representado. Para Fróes, entre outras vantagens, a CCEE ficaria menos sobrecarregada, os medidores existentes seriam aproveitados e o mercado seria menos pulverizado com menor número de agentes.



Luciano Freire, conselheiro da CCEE, apresentou ainda visão pessoal sobre novos produtos para o mercado livre, como a venda de excedentes, gerenciamento de demanda, certificados de energia verde, contratos futuros de energia e direitos financeiros de transmissão.

Apesar de existirem projetos de aperfeiçoamento, os agentes não deixaram de manifestar preocupações com questões que refletem nos negócios do segmento. O presidente do conselho de administração da Apine, Luiz Fernando Vianna, apontou o volume estimado em 17 mil MWmed de energia existente que brevemente será descontratado como fator de indefinição. O tema está associado à renovação das concessões, cujo desfecho, tido como urgente, está nas mãos da presidente eleita Dilma Rousseff.

Mais que o *timing*, deveria-se observar a questão da isonomia, na avaliação de Vianna. "Ouve-se muito falar em se dar um tratamento prioritário dessa energia para o mercado cativo. Nós entendemos que a lei 10.848/2004 assegura o suprimento do mercado, tanto livre quanto do cativo", afirmou. Estudo feito pela entidade indica que a flexibilização do limite mínimo de migração para o mercado livre para 1 MW poderia significar uma participação de 41% desse segmento na carga total do país, contra os atuais 27% - o que corresponderia a um volume extra de 9 mil MWmed negociáveis.



Isonomia entre mercados livre e cativo

Luiz Fernando Vianna, da Apine

Marcelo Moraes, diretor de Relações Institucionais da Abiape, reiterou a necessidade dos autoprodutores participarem dos leilões de hidrelétricas. As condições do leilão de energia nova A-5, previsto para o próximo dia 17 de dezembro, afastaram os autoprodutores, que tinham foco especial na hidrelétrica de Teles Pires (MT, 1.820 MW). "Para nossa surpresa, para o leilão de dezembro fixaram uma faixa 85-15, estrangulando o mercado livre e alijando os autoprodutores", salienta.

A surpresa se deu porque os autoprodutores puderam participar do leilão de Belo Monte (PA, 11.233 MW), com fatia de 10%, inclusive apresentando proposta de construção de um só canal, otimizando o projeto. Moraes comenta que o Plano Abiape 2020 prevê investimentos de US\$ 20 bilhões em 6 mil MW hídricos – fonte de energia considerada competitiva. O executivo chamou a atenção para o fato de que os associados da entidade são produtores de commodities, com vendas no mercado externo, e que têm a energia elétrica como insumo relevante nas planilhas de custos – daí o interesse na geração hidrelétrica.

"Tudo só será possível com um mercado livre robusto, e que dê oportunidades para todos os agentes", Marcelo Moraes, da Abiape

"Mas não temos sinalização. Tudo só será possível com um mercado livre robusto, e que dê oportunidades para todos os agentes", contou. Ao mesmo tempo em que considera que o setor "prega para convertidos", avalia que os agentes deveriam transcender o setor, buscando incluir o mercado livre em uma política industrial. Já o presidente executivo da Abrace, Paulo Pedrosa, "fez uma provocação ao setor" defendendo mudança de postura por parte do próprio setor. "Vamos mesmo continuar no mercadinho com 1.000 participantes ou nós queremos os *players* do mercado financeiro que vão entrar pesado, jogar capital, arbitrar risco, ocupar posições, talvez até expulsar alguns *players* do mercado que hoje ocupam?" questionou.



Hoje, energia é um problema para os consumidores

Paulo Pedrosa, da Abrace

Pedrosa alerta que para os consumidores de energia, hoje, a energia é um problema, tendo registrado elevação de 200% nos últimos dez anos e com previsão de aumentar 30% até 2015. "Isso é um fator que tira a competitividade do setor elétrico", comenta. Paulo Cezar Coelho Tavares, presidente do conselho de administração da Abraceel, avalia que o mercado ainda não tem um sistema de garantias "minimamente compatível com o que se espera de um mercado de energia" – apesar de haver progressos no segmento. Tavares contou ainda que a Abraceel deve apresentar a minuta do contrato padrão em fevereiro do próximo ano. Mello, da Andrade & Canellas, salientou que a padronização dos contratos é essencial para que se avance em direção à Bolsa de Energia.

Por sinal, a padronização dos contratos de energia é algo que foi tema das discussões no evento. Para Luiz Augusto Barroso, diretor-executivo da PSR, a padronização dos contratos será fundamental para negociações de energia de curto prazo – que podem ser de até um ano. Para prazos mais longos, de até 15 anos, destacou, o consultor avalia que a implementação de contratos padronizados seja algo mais difícil, já que em alguns casos, as condições de contratação são muito específicas.

Charles Lenzi, presidente da Abragel, disse que o segmento de PCHs têm 470 usinas, com capacidade instalada de 6 mil MW, em condições de serem viabilizadas para atender o mercado, principalmente, de consumidores especiais. Para ele, a

proposta da Abraceel é importante para destravar o setor, que vem passando por momentos difíceis nos leilões de venda de energia realizados pela Aneel. A Abragel e a Abrace pediram para participar das discussões sobre a proposta da Abraceel. O assunto será tema de reunião na CCEE na primeira quinzena de dezembro.



PCHs têm 6 mil MW em condições de sair do papel

Charles Lenzi, da Abragel

Um dos maiores desafios do setor para a programação da compra de energia no longo prazo é a previsibilidade do preço. Mas isso tem se tornado cada vez mais difícil, como mostrou Barroso, da PSR. Segundo ele, alguns parâmetros operativos, como os níveis-meta não estão representados nos modelos matemáticos de cálculo dos preços. "O modelo computacional não viu a restrição de Itaipu", completou. Barroso defendeu que é importante manter a transparência e a estabilidade. "O pilar do modelo é a transparência", acrescentou. Ele disse em entrevista a **Agência CanalEnergia** que o não cumprimento dos procedimentos estabelecidos causa confusão e atrapalha a credibilidade do preço.



Padronização de contratos será fundamental

Luiz Augusto Barroso, da PSR

A direção da Aneel quer participar mais efetivamente do processo de construção da regulamentação do setor elétrico. Essa foi a novidade trazida por Ivan Camargo, professor da Universidade de Brasília e assessor da diretoria da agência. "Os diretores querem participar de forma mais presente do processo", contou Camargo, que coordena um grupo de análise de impacto regulatório das normas aprovadas pela Aneel. Para ele, as regras do setor ganharam um forte grau de complexidade. Uma das tônicas do evento foi essa, de se simplificar o andamento do setor, que vem se sofisticando e só tornando acessível para poucos especialistas.



Regras do setor estão complexas

Ivan Camargo, da Aneel

O advogado Ricardo de Lima Assaf pontuou um assunto abordado por vários palestrantes do evento: o vencimento das

concessões. "Esse é um ponto crítico. Espera-se uma solução rápida", disse. Ele lembrou que 20 mil MW de capacidade instalada em geração vão vencer no mesmo dia em julho de 2015. Assaf acrescentou que grandes ramos de redes de transmissão e concessões importantes de distribuição também vão terminar na mesma época.

O presidente da Anace, Carlos Faria, resume o espírito do evento: o mercado está pronto para crescer. Ele defendeu pequenas ações, que teriam forte repercussão na expansão do setor elétrico, como, por exemplo, acabar com o limite de tensão de 69 kV para consumidores com carga de 3 MW, em operação antes de 1995. O executivo salientou ainda a falta de isonomia entre os ambientes livre e regulado. "Estão faltando estímulos para a compra de longo prazo", afirmou.

A venda de excedentes é vista como uma forma de estimular a contratação a longo prazo pelos consumidores. Mas, o assunto está em lento andamento no Ministério de Minas e Energia depois da audiência pública em março deste ano. Faria disse que a negociação livre de energia trouxe "competitividade para o mercado". A energia eólica também quer participar desse mercado, por isso, a ABEEólica formou um grupo de trabalho para discutir uma forma de entrada firme no segmento, segundo o assessor da Presidência da CPFL Energia, Roberto Castro, que representou a Associação Brasileira da Energia Eólica no evento.



Mercado pronto para crescer

Carlos Faria, da Anace

É vedada a utilização e/ou reprodução total ou parcial do conteúdo gerado pelo CanalEnergia sem prévia autorização.
